

**A COOPERAÇÃO INTELECTUAL NO  
FÓRUM DAS CONFERÊNCIAS PAN-AMERICANAS**  
*THE INTERNATIONAL COOPERATION IN  
THE PAN-AMERICAN CONFERENCES*

*Maria Tarcila Ferreira Guedes<sup>1</sup>*

**Resumo:** Este artigo busca elaborar uma análise sobre a vinculação entre as Conferências Pan-Americanas, organização que deu origem a OEA, e o patrimônio cultural com foco nas discussões empreendidas nas assembleias interamericanas realizadas em 1923, 1928 e 1933 entre os países signatários. Contribui também para mostrar a relevância da participação brasileira em um fórum latino-americano em que a discussão de temas relacionados a preservação e a conservação dos “monumentos” dos países do continente americano foram foco de deliberações e recomendações que contribuíram na institucionalização do tema, onde a cooperação intelectual exerceu um ponto chave de interconexão com o Instituto de Cooperação Intelectual, atual UNESCO.

**Palavras-chave:** Cooperação Intelectual. Patrimônio Cultural. Conferências Pan-Americanas.

**Abstract:** This article tries to shows the significance of the Pan-American Conferences, which led to the present day’s OEA, to the study of cultural heritage using as focus the international meetings that occurred in 1923, 1928 and 1933. It contributes to show the importance of the Brazilian participation in a Latin-American forum. A forum which the discussion of topics related to the preservation and conservation of monuments, localized in the American continent, were the focus of deliberations and recommendations, which contributed to the topic’s institutionalization, in which the intellectual cooperation was a key interconnected point with the Institute of international cooperation (present day UNESCO).

**Key words:** International Cooperation. Cultural heritage. Pan-American Conferences.

---

<sup>1</sup> Doutora pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP), Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e historiadora, formada pela UFRJ.

Em sua grande maioria, os estudos sobre preservação no Brasil quando enfocam os fóruns internacionais se concentram nos europeus. Sem dúvida o legado europeu, especialmente o francês, é imprescindível não só na formação de nossos pesquisadores, como também na análise sobre a temática relacionada à constituição do campo do patrimônio cultural brasileiro. Neste artigo, contudo, busco analisar as assembleias das Conferências Pan-americanas sucedidas em três países do continente americano: Chile, Cuba e Uruguai. Dentro dessa perspectiva, o enfoque deste trabalho está pautado no tema da preservação presente durante as Conferências Internacionais Americanas de 1923, 1928 e 1933, realizadas do outro lado do continente europeu. Embora não possamos deixar de observar que existissem fortes elementos de interconexão entre esses dois universos, pois o que acontecia no cenário europeu não só influía como também era fonte de discussão durante as assembleias. As Conferências Pan-Americanas e toda sua estrutura administrativa foram absorvidas pela OEA, organização que foi criada durante a IX Conferência de Bogotá, em 1948.

Desde seu início as Conferências Pan-Americanas, oficialmente denominadas Conferências Internacionais Americanas, estiveram sob a hegemonia norte-americana. Em 1889, os Estados Unidos reaproveitaram e reformularam uma ideia de 1826, de Simon Bolívar, e propuseram uma reunião dos países do continente americano com objetivos ligados às questões políticas e comerciais, principalmente com o propósito de preparar um mercado consumidor para seus produtos<sup>2</sup>. Os EUA, nessa época, já eram considerados como grande potência econômica e política que se despontava no cenário mundial. Em relação à Doutrina Monroe e a hegemonia norte-americana, durante e depois das assembleias pan-americanas, podem ser encontrados inúmeros trabalhos acadêmicos de excelente qualidade, dos quais destaco os de Tereza Maria Spyer Duci e Raphael Nunes Nicoletti Sebrian, entre outros artigos disponíveis no site da Associação Nacional dos Pesquisadores e Professores das Américas-ANPHLAC, que contribuíram para a elaboração deste artigo.

Nesta pesquisa, buscamos analisar as Conferências Internacionais Americanas como um fórum que apesar da hegemonia norte-americana pode ser explorado pelo conjunto das nações como um local de troca, praticamente único, em que diversas delegações se faziam presentes. O debate e a disseminação de informações contribuíram para o intercâmbio dos países participantes, dos quais destacamos aqui os temas referentes ao patrimônio histórico das nações americanas, particularmente em relação à nação brasileira. Dessa forma, podemos definir as Conferências Pan-

---

<sup>2</sup> A ideia inicial de Simon Bolívar, considerado um dos maiores nomes da História da América, era de contribuir para promover a independência, além de ter proposto a reunião de vários países da América do Sul em uma única federação.

Americanas como grandes fóruns de discussões dos representantes diplomáticos, delegados, especialistas, funcionários do governo, ministros e até presidentes dos vários países associados com o objetivo principal de debater questões políticas, comerciais e econômicas, mas também educacionais, sociais, culturais e científicas entre os países da América. Das sessões preparatórias até a elaboração e deliberação sobre os tratados e convenções eram discutidos os mais diversos assuntos que iriam influenciar a realidade de cada país por meio de legislações ou acordos diplomáticos. Os temas gerais poderiam ser divididos em diversos subtemas, que podemos exemplificar com os seguintes: além das questões políticas, comerciais e militares; as questões de limites e fronteiras, as estradas com especial atenção para a rodovia Pan-Americana a ser construída entre os países da América, questões migratórias, padronização dos serviços aduaneiros, direitos dos imigrantes, direitos da mulher, saúde da criança, higiene, bibliotecas e arquivos, debate sobre o ensino das mais diversas disciplinas, assuntos mercantis, construção de escolas e campos universitários, entre outros direcionados ao conjunto de questões comuns entre os países<sup>3</sup>. Observamos, portanto, que apesar da hegemonia americana em relação aos preparativos das agendas dessas grandes assembleias houve por parte dos países latino-americanos o aproveitamento desses fóruns para discutir as suas próprias prioridades.

É importante ressaltar que a questão cultural passa a ter mais relevância nas Conferências Internacionais Americanas a partir da V Conferência realizada no Chile em 1923. A Conferência havia sido antecipada por reuniões extraordinárias para a tomada de resoluções comuns frente aos grandes conflitos armados, o que fomentou ações e posicionamentos coletivos na Conferência, com um número excepcional de tópicos políticos para serem debatidos e votados no final das assembleias. E dentro desse arcabouço de interlocução dos estados-membros, entendia-se que a compreensão da realidade e da trajetória histórica de cada um dos associados poderia colaborar para um melhor relacionamento e aceitação das diferenças, contribuindo para evitar novos conflitos que levassem novamente à guerra e intervenções. Igualmente, tentava-se estabelecer foros de discussão de assuntos comuns aos países americanos, buscando a integração e a solução de possíveis controvérsias. Cada país contribuía com um voto, cujo resultado era proferido durante a realização das Conferências, onde era possível deliberar sobre qualquer assunto de interesse para o grupo. A possibilidade de reformulação de qualquer decisão após o resultado das Conferências dependeria da execução de um protocolo burocrático, além da convocação de novas reuniões

---

<sup>3</sup> Subitens levantados durante a leitura dos Relatórios das Conferências Pan-americanas de 1923 até 1933.

extraordinárias. Qualquer assunto a ser deliberado precisava ser aprovado por unanimidade nesse fórum latino-americano. Não podemos deixar de observar o clima tenso de muitas dessas assembleias, principalmente pelas ações militares norte-americanas em países signatários se fez presente em inúmeras reuniões e assembleias. A chamada “Política de Boa Vizinhança” só foi implementada no governo de Franklin Delano Roosevelt, ainda que com muitas particularidades, mas que não pretendemos analisar neste artigo.

A área cultural, assunto sobre o qual o Brasil melhor se entendeu com as vizinhas repúblicas, teve tranquilidade no seu andamento e conclusão. No telegrama enviado por Afrânio de Mello Franco, dois dias depois do final dos debates da V Conferência de 1923, foi ressaltado o avanço das discussões, tendo em foco a cooperação intelectual entre as nações e a participação da delegação brasileira nas questões relacionadas à preservação:

A Conferência votou varias proposições que significaram um grande adiantamento no sentido da mais estreita vinculação intelectual científica e literária entre os diversos povos da América. A Comissão aceitou igualmente o projeto apresentado pelo doutor Pontes de Miranda determinando regras de procedimento para o cuidado da preservação e restauração dos monumentos e documentos e tudo quanto possa servir de base para o estudo da história americana (FRANCO, 1923) <sup>4</sup>.

Outros temas da área cultural também geraram a atenção e a assinatura de resoluções gerais: proteção dos documentos arqueológicos, proteção da propriedade literária e artística, bibliotecas americanas, conferências americanas, educação prática para as artes, monumentos a figuras ilustres, União Panamericana e feiras periódicas interamericanas de amostras científicas (Cf. RELATÓRIO DA V CONFERÊNCIA, 1923)

A área de arqueologia foi bastante discutida, como podemos observar no resumo do programa debatido para o tópico “Proteção dos Documentos Arqueológicos”, em que se fizeram presentes delegados de vários países e assinado por todos os membros presentes na V Conferência Pan-Americana:

---

<sup>4</sup> Não pudemos localizar o projeto elaborado pelo jurista Pontes de Miranda, que acompanhava a delegação brasileira como consultor jurídico por indicação de Arthur Bernardes. Esta citação é parte de um telegrama detalhado, enviado por Afrânio de Mello Franco do Chile para o Brasil durante a V Conferência, e endereçado ao Ministério das Relações Exteriores, em 5 de maio de 1923.

O estudo de um plano por meio do qual e com aprovação dos eruditos e investigadores dos diversos países se possa chegar a estabelecer por parte dos governos da Américas um sistema mais uniforme para a proteção de documentos arqueológicos e outros necessários para a formação de uma boa história americana.<sup>5</sup>

Como conclusão da área foram propostas as seguintes recomendações, em 13 de abril de 1923, na quinta sessão realizada:

Propõe a fundação de dois institutos arqueológicos nos centros considerados de mais alta cultura pré-colombiana, um na região do México e da América Central e outro na região do Equador e do Peru. Recomenda-se a formação de um mapa antropogeográfico de cada país. Aconselha aos governos a designarem peritos que examinem o valor e a procedência dos documentos arqueológicos, zelando pela conservação dos ditos documentos e de interesse histórico.<sup>6</sup>

Outro item presente na discussão do programa dos temas culturais estava relacionado à preocupação com o intercâmbio e a disseminação do conhecimento entre os países do continente, que pode ser conferida na resolução final de 26 de abril de 1923,<sup>7</sup> aprovada na oitava sessão da citada Conferência:

Resolve recomendar ao Conselho Diretor da União Panamericana que inclua no Programa das futuras Conferências, o estudo relativo à criação de bibliotecas pan-americanas, ou ao menos seções destinadas a tal objeto nas atuais bibliotecas, submetendo à apreciação dos governos as propostas dos delegados da Nicarágua e Guatemala. Recomendo a troca de publicações produzidas em seu território ou fora dele, pelos seus respectivos nacionais e, igualmente, o intercâmbio de cartas geográficas gerais ou particulares, planos topográficos, etc. Recomendamos, finalmente, a formação de um departamento nas bibliotecas para a produção do continente.<sup>8</sup>

Podemos dizer que a V Conferência representou para a área da preservação um avanço decisivo para a institucionalização das questões relacionadas ao patrimônio cultural das nações latino-americanas, como podemos observar nas recomendações finais aprovadas:

---

<sup>5</sup> Trecho do Relatório da V Conferência Internacional Americana que demonstra a preocupação com a formulação de um sistema “mais uniforme” de patrimônio para os países do continente americano durante as discussões das assembleias gerais.

<sup>6</sup> *Ibidem*.

<sup>7</sup> Reunida em Santiago do Chile, a Conferência foi de 25 de março a 3 de maio de 1923.

<sup>8</sup> Relatório da V Conferência, 1923.

Recomendar aos governos da América a consignação nos orçamentos anuais [...] para a desapropriação dos que seja necessário desapropriar, como também dos documentos históricos que convenha adquirir, e para o fomento dos museus e bibliotecas, que se tenha de conservar, para serem utilizados.

[...]

Igualmente recomendar que sejam expedidas leis, facultando aos governos desapropriar, por utilidade pública, os restos arqueológicos, os documentos, as construções e objetos móveis de interesse histórico, cuja destruição e exportação, em qualquer hipótese, devem ser proibidas.

Recomendar aos aludidos governos a designação de peritos que decidam quando deve ter lugar a desapropriação e disponham sobre a preservação de tais restos, documentos, construções e objetos móveis de interesse histórico. Além disso, os governos devem reconhecer as características dos prédios e conservá-los<sup>9</sup>

A maioria dessas recomendações foi adotada pelos países-membros, com exceção constante dos Estados Unidos nos vários temas abordados relacionados aos tópicos da educação e da cultura. O sistema federativo norte-americano considerava que cada estado do seu país tem autonomia em determinadas questões, entre elas as relacionadas ao tema da preservação. Os estados, e não o governo federal, eram os principais responsáveis por determinados serviços essenciais nos Estados Unidos, sistema que funciona assim até hoje. Diferente do Chile e da Colômbia que citam em suas legislações a importância dessas resoluções para os seus países.<sup>10</sup> Ao longo das Conferências analisadas, observamos pela documentação levantada um papel de liderança do México para a condução e formulação das recomendações relacionadas à preservação nas Conferências de 1923 até 1938, tendo como base a sua própria experiência legislativa na área. Esses trabalhos se desdobraram não só na criação das instituições de preservação nos países do continente, como contribuíram para que outros países assim o fizessem. Tal conclusão poderá ser observada pelos pesquisadores com detalhes na leitura da série “Monumentos Históricos e Arqueológicos da América” publicada na década de cinquenta pelo IPGH, organismo da atual OEA, e que abrangeu diversos países da América.

---

<sup>9</sup> O tema da “propriedade privada” era uma das questões presentes como foi ser observado no *Programa Conservação e Preservação das Regiões Naturais e dos Lugares Histórico* apresentado pelo México na VIII Conferência, seguindo a sugestão da delegação chilena de que cada país se responsabilizasse pela apresentação de um tópico, com o objetivo de agilizar os andamentos das atividades da Conferência (Arquivo Histórico do Itamaraty/RJ, tradução livre da autora).

<sup>10</sup> Observamos nos decretos do Chile e da Colômbia menção às Conferências Internacionais Americanas quando tratam da “defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico da nação”, ver referência ao final do artigo.

A próxima Conferência Internacional Americana, também denominada VI Conferência Pan-americana, foi realizada em A Havana, em 1928. Nesse encontro houve a participação do conjunto de seus membros, os 21 países signatários: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Estados Unidos da América, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Apesar do forte clima de tensão pelos Estados Unidos terem invadido a Nicarágua, um país que era membro efetivo da União Pan-americana, nada foi resolvido sobre o assunto durante a Conferência. A contradição entre os discursos de união e paz em prol do pan-americanismo e a defesa da prática de intervenção nas repúblicas independentes por parte dos norte-americanos teve nessa Conferência seu ponto alto de contradição. Somente na Conferência seguinte é que se chegaria a um princípio consensual de não intervenção entre as nações do continente. Ainda que inúmeras contradições também se fizessem presentes nessa mudança de direção por parte dos Estados Unidos, que podem ser estudados na farta bibliografia que analisa a “Política de Boa Vizinhança” implementada no governo de Roosevelt. Mesmo com esse clima tenso, a Assembleia de Havana prosseguiu segundo o **Relatório dos Trabalhos da Delegação do Brasil à VI Conferência**. Os trabalhos tiveram continuidade e foram repartidos por oito comissões, as quais se distribuíram pelos seguintes assuntos:

União Pan-americana; Direito Internacional Público e Política de Fronteiras; Direito Internacional Privado e Uniformização Legislativa; Problemas de Comunicação, **Cooperação Intelectual**; Problemas Econômicos; Problemas Sociais e Informação sobre tratados, convenções e resoluções.<sup>11</sup>

Debateram-se, mais uma vez, temas diretamente relacionados à cultura e à preservação, tendo como foco a cooperação intelectual, decidindo-se pela criação de dois institutos, em 1928: o Instituto Panamericano de Geografia e História e o Instituto Americano de Cooperação Intelectual. O assunto relacionado à cooperação intelectual, presente direta ou indiretamente desde os primeiros anos, necessitava, segundo opinião geral, de um fórum próprio. Dessa forma, o Instituto Americano de Cooperação Intelectual, cuja sede seria em Cuba, foi pensado com o objetivo de coordenar e sistematizar atividades relacionadas ao continente, abrangendo as “ciências, as artes e as letras”. Para sua programação inicial foram planejadas as seguintes atividades:

---

<sup>11</sup> Relatório da VI Conferência, 1928.

1. Ativar e sistematizar o intercâmbio de professores e estudantes, tanto universitários, secundários e primários, entre os diversos países americanos.
2. Fomentar nas escolas secundárias e superiores de todos os países americanos a criação de cadeiras especiais de história, geografia, literatura, sociologia, higiene e direito principalmente constitucional e comercial, de todos os estados signatários.
3. Prestigiar a criação de cidades Universitárias ou casa de estudantes nos países da América.<sup>12</sup>

A princípio o Instituto de Cooperação Intelectual teria um conselho em cada país, somado às instituições já existentes em cada região que se reportariam ao Conselho Geral Interamericano das Conferências Internacionais Americanas. Essa ideia da organização continental não foi levada avante, tampouco o instituto chegou a ser criado em Cuba. Realizou-se apenas o primeiro Congresso Interamericano de Reitores, Decanos e Educadores, em 1930, que seria a primeira grande atividade importante do Instituto em Cuba. As atividades da Divisão de Cooperação Intelectual continuaram com sua sede em Washington, junto ao escritório central da União Pan-americana, apesar dos protestos de parte dos países presentes nas assembleias seguintes. A Divisão, ou Departamento de Cooperação Intelectual, como também ficou conhecido, concentrou suas atividades na sistematização das atividades relacionadas à cooperação intelectual entre as nações do continente no que tange “às ciências, às artes e às letras” (PRADO,1938, p.13), com seu funcionamento até hoje em Washington. Quanto ao Instituto Panamericano de Geografia e História, sua aprovação na Conferência Internacional Americana de 1928 foi muito bem aceita por todos os membros. O governo do México, que havia feito à proposta, doou na mesma sessão um edifício na capital do México para a sede do instituto. O IPGH foi responsável pela coordenação de inúmeros trabalhos referentes às áreas de geografia e história, abarcando também outras áreas temáticas de estudo, tendo sempre à frente de sua direção o engajamento de vários países do continente, inclusive o Brasil. Foram organizados diversos congressos, sendo que o primeiro foi realizado no Rio de Janeiro, tendo seu início em dezembro de 1932. Esse primeiro Congresso realizado entre dezembro de 1932 e janeiro 1933 foi importante pelo debate, entre outros temas, de questões relacionadas à preservação do patrimônio cultural. Dentre as resoluções tomadas, a decisão de solicitar ao governo brasileiro a eleição de Ouro Preto como Monumento Nacional, logo depois da excursão a Ouro Preto em janeiro de 1933, como parte das atividades do Congresso, representou para a área da preservação um impulso decisivo para a institucionalização da preservação no Brasil.

---

<sup>12</sup> *Ibidem.*



A proposta do doutor Gastão Penalva<sup>13</sup> foi aprovada por unanimidade. Ficou decidido que se telegrafasse para o chefe do governo provisório para lhe pedir que se decretasse a partir daquela data a cidade de Ouro Preto em Monumento Nacional, e também que consideraram como sócios honorários do Instituto Histórico de Ouro Preto, a todos os representantes das nações americanas ali presentes. (BUSTAMANTE, 1932-1933, p.118)

Recebidos em sua volta da excursão de Ouro Preto por representantes do governo do estado de Minas Gerais e pelo representante do ministro da Educação e Saúde Pública, o senhor Noraldino Lima,<sup>14</sup> como foi relatado pelo secretário do Comitê Executivo do Instituto Panamericano de Geografia e História, Octavio Bustamante,<sup>15</sup> em seu relatório de janeiro de 1933 (IPGH, 1933, p.6). No ano seguinte, o governo criou a Inspeção dos Monumentos Nacionais para cuidar do patrimônio de Ouro Preto, restaurando e preservando diversas edificações daquela cidade. Pouco depois, em 1937, foi criado o Instituto do Patrimônio Histórico Nacional pelo Decreto-lei n.25, com a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade que permaneceu no cargo até 1967.

A VII Conferência Internacional Americana foi realizada em Montevideu, Uruguai, de 3 a 26 de dezembro de 1933. Durante a Conferência foram organizadas as seguintes comissões: Comissão de Iniciativas, Organização da Paz, Problemas de Direito Internacional, Direitos Políticos e Cíveis da Mulher, Problemas Econômicos e Financeiros, Problemas Sociais, Cooperação Intelectual, Comunicações e Conferências Internacionais Americanas, novos assuntos econômicos e coordenação e redação. (FRANCO, 1933, p.6) A temática cultural foi um dos principais focos de atenção pelas Américas em reunião coletiva, sendo reconhecida como um dos polos de conexão e de maior influência para o conjunto dos trabalhos das Conferências Internacionais Americanas. Os temas relacionados às questões culturais ficaram concentrados no tópico denominado Cooperação Intelectual, que exerceu um papel de vinculação e entrelaçamento com os outros itens. No texto do diplomata brasileiro Abelardo Bueno do Prado, que antecede a Conferência seguinte de 1938, e que serviria de apoio aos trabalhos preparatórios dos diplomatas, foi enfatizado por ele que “à medida que foram sendo criadas nos países americanos, instituições culturais, institutos, academias, sociedades, agremiações, publicações, caravanas universitárias” (PRADO,

---

<sup>13</sup> Sebastião Fernandes de Sousa (vulgo Gastão de Penalva) – Militar e escritor. Um dos fundadores do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e do Instituto de História de Ouro Preto. (ENCICLOPÉDIA DELTA LARROUSE, 1972, p.68).

<sup>14</sup> Noraldino Lima – Político e pedagogo. Secretário de Educação em Minas Gerais (1931-1935) e interventor federal em Minas Gerais (1946) (LOPES, 2000, p.8)

<sup>15</sup> Octavio Bustamante – Engenheiro. Exerceu os cargos de secretário do Comitê Executivo e de diretor do IPGH (IPGH, 2009-2013, p.1)

1938, p.12), maior peso a questão cultural foi alcançando nas discussões dos países do continente. Durante a VII Conferência de Montevideu de 1933 foram assinadas numerosas resoluções e recomendações sobre o “intercâmbio de obras de arte, bibliografia americana, civilizações pré-colombianas e a proteção de monumentos” (PRADO, 1938, p.16), descritas pelo diplomata Bueno do Prado em seu citado relatório. Igualmente, foram deliberados indicativos para que fossem criados nos países-membros cursos que fomentassem a “fraternidade continental, a proteção dos monumentos arqueológicos, direitos literários e artísticos e a criação de bibliotecas pan-americanas” (LOBO, 1939, p.118). A troca e a distribuição de publicações, dando conta das investigações desenvolvidas na área da cultura e educação entre os países-membros, fez parte da rotina desses últimos encontros, principalmente depois da criação do Instituto Panamericano de Geografia e História, que passou a coordenar os trabalhos de distribuição e fomento de publicações para os temas mais debatidos nas Conferências, quando no âmbito dessas áreas. Para a discussão do item Cooperação Intelectual, as delegações dos diversos países trouxeram documentos com a intenção de contribuir para a discussão sobre a proteção e preservação dos bens culturais. Essa documentação apresentada durante as Conferências era rica de experiências travadas em outros países e contribuiu para o debate e o desenvolvimento do tema. Segundo um dos delegados do Peru, Luis Fernando Cisneiros<sup>16</sup>, foram arrolados os seguintes documentos na VII Conferência: um folheto da delegação do México narrando à experiência mexicana no campo da preservação; um projeto do México, para a proteção e conservação dos monumentos pré-coloniais e coloniais dos países-membros; um projeto de resolução apresentado pela Guatemala no campo da arqueologia; um projeto da delegada brasileira Berta Lutz, que apontava a importância de implementar os monumentos e riquezas naturais como objetos a serem preservados; uma coleção de documentos informativos da instituição denominada “Museu Roerich”, que expressavam a ideia de se criar uma bandeira para proteção dos monumentos de todos os países, entre outros documentos como telegramas e recomendações apresentados pela delegação do Chile;<sup>17</sup> diversos documentos sob iniciativa do México com sugestões sobre a questão da propriedade dos monumentos imóveis; um projeto da delegação do Peru para que fosse ampliado “o conceito de monumento americano, que hoje só tem um caráter pré-colombiano e colonial, para

---

<sup>16</sup> Luis Fernando Cisneiros – Diplomata, representante do Peru na Conferência de 1933.

<sup>17</sup> Pacto de Roerich, ainda em vigor, que foi assinado inicialmente pelos 21 países da União Panamericana em 1935, Washington. A íntegra do tratado pode ser encontrada no Portal do Instituto Röerich da Paz e Cultura do Brasil . Disponível em: <[www.roerich.org.br](http://www.roerich.org.br)>. Acesso em: 30 mar. 2011.

que fosse atribuído também aos tesouros históricos móveis e imóveis vinculados à guerra da Independência Americana”, entre outros. (CISNEIROS, 1933, p. 6)

Como resultado das discussões em relação ao tema da preservação, dentro do item Cooperação intelectual, foram aprovadas as seguintes resoluções:

Resolução XII - dispondo que a União Panamericana prossiga nas suas publicações anuais relativas à arqueologia americana.

Resolução XIII – recomendando aos Governos estender a proteção internacional também aos monumentos imóveis relacionados com as campanhas pela independência dos povos americanos e as obras da natureza de grande interesse do ponto de vista científico e artístico.

Resolução XIV – recomendando aos governos americanos que subscreveram o projeto do Tratado de proteção aos monumentos móveis das eras pré-colombiana, colonial, emancipação e republicana.

Resolução XV – Recomendando aos governos o estudo das condições sociais e econômicas dos trabalhadores intelectuais das diversas profissões científica, artística e literária.

(...)

Resolução XVII – recomendando aos governos a concessão de isenção de direitos aduaneiros para as obras de pintores e escultores americanos e a celebração de exposições de artistas nacionais dos países onde se reuniram as futuras Conferências americanas.

(CISNEIROS, 1933, p.6; FRANCO, 1939, p.94)

Desses pontos assinalados pela comissão Cooperação e Intelectual, observamos que as discussões levaram a algumas importantes recomendações, entre as quais, a assinatura do Pacto de Roerich, que vinha sendo discutido na Bélgica do 1929, e depois aprovado pela VII Conferência com a aprovação dos países presentes.

A União Panamericana, dando cumprimento à recomendação da VII Conferência, elaborou o projeto do tratado, mais tarde conhecido com o nome de Pacto de Roerich, o qual visa assegurar, em qualquer época de perigo, proteção a todos os monumentos históricos, museus e instituições dedicadas à ciência, arte, educação e cultura que “constituem o tesouro cultural dos povos”. A adesão a este ato internacional está aberta a todas as nações. (PRADO, 1938, p. 47)

No artigo IV do referido tratado cabia o comprometimento dos países signatários de apresentar uma lista dos bens que deveriam ser protegidos em caso de bombardeios sublinhados no parágrafo anterior. Lista que poderia ser encaminhada mais tarde, depois de adesão ao tratado de Roerich, pois muitos países ainda não estavam preparados para apresentá-la imediatamente à assinatura do tratado. Logo após a assinatura do Tratado de Roerich em Washington, em conjunto com outros países do continente, a delegação brasileira retornou ao Brasil. Mais tarde, o mesmo foi ratificado no Brasil pelo Decreto Legislativo nº 2, de 24 de agosto de 1935, e publicado

no Diário Oficial de 27 de agosto de 1935, para o conhecimento do público. Promulgado pelo Decreto nº 1087, de 8 de setembro de 1936, e finalmente republicado no Diário Oficial de 16 de setembro de 1936. Observa-se também, na Constituição Federal de 1934, itens que haviam sido discutidos na Conferência de 1933: as condições do trabalhador intelectual, a proteção dos objetos de interesse histórico e artístico, além do apoio necessário ao incremento da cultura no país.

Observamos ao final deste artigo que o item cooperação intelectual esteve presente desde a Conferência de 1928, tópico que incluiu a questão do patrimônio cultural então denominada como monumentos nacionais, monumentos móveis e imóveis, tesouros da nação ou até mesmo como restos da arqueologia ou da história. Sua importância ganhou força nas Conferências Pan-americanas a ponto de ser aprovada a proposta de criação de um organismo específico para cuidar dessa matéria com a interconexão com outros temas. Ideia que terminou ficando limitada a um departamento sob o controle e coordenação direta da União Panamericana, sediada em Washington.

O debate da Cooperação Intelectual teve seu início na VI Conferência Pan-Americana pelos informes trazidos dos delegados de vários países que haviam participado das discussões da Liga das Nações enquanto observadores, particularmente no Instituto de Cooperação Intelectual. A ideia da Cooperação Intelectual buscava abranger as atividades de cooperação empreendidas entre os países, notadamente após a primeira guerra mundial com os esforços de assegurar a paz e de disseminar as proposições da Liga das Nações, também conhecida como Sociedade das Nações, para os outros foros ou centros de debates por meio de seus comitês internacionais. Na Europa, principalmente entre os países aliados, o tema já se fazia presente desde as discussões do Tratado de Versalhes e a proposição de um organismo para esse fim. O Instituto de Cooperação Intelectual é a atual UNESCO, que representou um dos principais foros de discussão e disseminação de ideias e proposições culturais na esfera europeia para outras regiões internacionais. Tanto no Instituto de Cooperação Intelectual quanto nas Conferências Internacionais Americanas o tema cooperação intelectual estava mais relacionado à ciência, as artes e as letras, envolvendo a cultura e a educação, mas obviamente era empregado também para todas as outras áreas de conhecimento. Sem dúvida o termo deveria ter suas diferenças entre seu emprego no ITC ou nas Conferências, mas era um dos principais pontos de interconexão entre as duas organizações. O que podemos apontar neste estudo, ainda em andamento, é que na época pelo afastamento do Brasil da Liga das Nações em 1926, passou a haver um investimento maior na participação brasileira em um fórum latino-americano. Essa participação não só passou a ser mais efetiva, com grandes delegações, como era mais

contundente após o afastamento e decepção do governo de Arthur Bernardes do fórum europeu por não ter conseguido um assento permanente na Liga das Nações. Um exemplo da presença e participação mais efetiva foi a proposta por parte da delegação brasileira de criação de um organismo específico para o desenvolvimento e intercâmbio de intelectuais: o Instituto Interamericano de Investigação Científica. Proposta que terminou por não ser aprovado nas resoluções da VII Conferência de 1933. Observamos, portanto, que as relações internacionais brasileiras não priorizavam sua ação apenas nos aspectos políticos e econômicos, mas se envolviam também em diversos domínios da atividade humana, buscando laços de cooperação e instrumentos de troca e intercâmbio com as outras nações. Em sua atuação internacional, tanto na Europa quanto na América, a diplomacia brasileira participou diretamente das discussões sobre o patrimônio cultural, ainda que quase não existam estudos que tenham como foco nessa atuação no período estudado, que foi o berço da criação tanto da atual OEA, quanto da UNESCO.

## REFERÊNCIAS

BUSTAMANTE, Octavio. Resoluções y recomendaciones aprobadas em el primer congreso Panamericano de Geografia e Historia. In: Revista do Instituto Panamericano de Geografia e História. Assembleia Inaugural do Instituto Panamericano de Geografia e História. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 27 dez. 1932/1o jan. 1933, p. 118. (Volume especial, tradução livre da autora).

CHILE. **Decreto n. 264, 1963**. Disponível em: <[www.notinet.com.co/serverfiles/servicios/archivos/na4/d264-63.doc](http://www.notinet.com.co/serverfiles/servicios/archivos/na4/d264-63.doc)>. Acesso em: 26 nov. 2010.

CISNEIROS, Luis Fernando. **Informe da delegação peruana sobre a VII Conferência Internacional Americana sobre o tema 24 Cooperação Intelectual: “Cooperación Internacional para hacer prácticos el respeto y la conservación de la propiedad nacional sobre los monumentos históricos y las piezas arqueológicas”, 1933.**

COLOMBIA. **Decreto n. 164, 1963**. Disponível em: <http://www.icanh.gov.co/?idcategoria=2097>. Acesso em: 26 nov. 2010.

ENCICLOPÉDIA DELTA LARROUSE, Rio de Janeiro, 1972.

FRANCO, Afrânio de Mello. Telegrama. Chile, 5 maio 1923.

\_\_\_\_\_. **Relatório dos trabalhos da delegação do Brasil à VII Conferência Internacional Americana ao presidente da República Getúlio Vargas**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939.

INSTITUTO PANAMERICANO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA. **Informe dos trabalhos realizados desde sua fundação, México, Imprensa da Secretaria de Relações Exteriores, 1933** (tradução livre da autora).

IPGH. **Organic Statutes, Rules of Procedure and Agreements 2009-2013**. Disponível em: <http://www.ipgh.org/Documents/SG-IPGH/PO-0544.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2011.

LOBO, Helio. **O Pan-americanismo e o Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

LOPES, A. A. B. M. . **A expansão/contenção do ensino em Minas Gerais (1931-1934): um jogo político**. In: I Congresso Brasileiro de História da Educação, 2000, Rio de Janeiro. Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação, 2000.

MÉXICO. **Programa Conservação e Preservação das Regiões Naturais e dos Lugares Históricos, 1933**. (Arquivo Histórico do Itamaraty/RJ, tradução livre da autora).

PRADO, Abelardo Bueno do Prado. **Meios de fomentar a cooperação intelectual e técnica interamericana e o espírito do desarmamento moral**. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL AMERICANA, 8, 1938, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: 30 set. 1938. (Estudos Preparatórios).

\_\_\_\_\_. **Relatório Preparatório para a VIII Conferência Internacional Americana de 1938**, referente ao tema "Conservação e preservação das regiões naturais e lugares históricos", 1938.

RELATÓRIO DA V CONFERÊNCIA INTERNACIONAL AMERICANA DO CHILE. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Itamaraty, 1923, sem paginação.

RELATÓRIO DA VI CONFERÊNCIA INTERNACIONAL AMERICANA DE HAVANA. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Itamaraty, 1928, sem paginação.